

Surtos de globalização e de progresso tecnológico necessitando de inovadoras e generosas regras de convivência

Se a semente não “morrer” ... não dará fruto



A história da humanidade mostra uma sucessão trágica de guerras, cativos, êxodos, violências e injustiças, entrosada e sempre superada por uma sucessão ditosa de progressos, na técnica, na arte, no direito, na filosofia, na ciência, na saúde, no bem-estar...

Os erros, dos governantes e dos povos que os suportam, ou que até os escolheram, originaram desgraças, atrasos e até retrocessos, não só nos respectivos países e períodos, mas também a nível global (as “primaveras árabes” figuram entre os exemplos mais recentes). Contudo, e apesar dos muitos períodos difíceis e das profundas desgraças regionais que foram acontecendo, concretizando aflitivos retrocessos, o mal nunca teve a última palavra.

Em sucessivas e delicadas recuperações, a aventura humana prossegue. Nunca se conseguiram êxitos a longo prazo sem sacrifícios nem grandes esforços, em muitos e variados tempos presentes. (Recordemos nos últimos séculos as lutas contra a escravatura, a segregação racial e a pena de morte; mais recentemente, as lutas pela proteção e contra a opressão dos mais fracos, pela promoção feminina e pela erradicação da pobreza; e numa fase ainda incipiente mas sem desânimo, as lutas contra os tráficos de pessoas, de armas e de drogas).

Em linguagem cristã, diz-se que a construção do reino de Deus na terra passa pela morte antes da ressurreição. O que significa que a crença (fé) na possibilidade de uma ordem (reino) de verdade, justiça, paz, solidariedade e prosperidade, já neste mundo e não apenas no outro, não tem qualquer garantia ou seguro de que tudo irá ou terminará sempre bem na vida de cada um. Acreditar na promessa de uma ordem (mundo) melhor corresponde a constante empenhamento (forte esperança) na construção dessa ordem, desde já e no lugar onde se estiver, sem garantia de sucesso nesta terra, mas nem sempre sem satisfação nem realização pessoal. “Feliz do homem que põe o seu enlevo na Lei do Senhor”.

O Homem não é feito para a Lei. É a Lei que é feita para o Homem

Com fracassos e desaires, a civilização europeia e ocidental tem sido edificada de forma dinâmica e multicultural. Em gerações sucessivas, os povos de cultura e tradição judaico-cristã seguiram princípios éticos ricos em humanidade, sem deixar de atender e integrar, em sínteses sempre novas, as mais diversas culturas.

Com o correr dos tempos, as regras de convivência e de comportamento social passaram a ser de natureza cultural (e não apenas religiosa), estabelecendo um direito consuetudinário, que regulava os usos e costumes e proporcionava paz e prosperidade. E, nas democracias modernas, muitos daqueles princípios estão ou vão sendo adotados nas leis escritas.

Devido por um lado à dificuldade de prever a evolução da sociedade e da economia, e devido por outro lado ao tempo de gestação de qualquer legislação, as novas leis necessárias para regular as atividades inovadoras chegam sempre atrasadas, por vezes excessivamente. Pior, a conceção e a aprovação de leis justas e equitativas são sempre

entravadas por tendências contrárias ao prosseguimento do bem comum, como a primazia do dinheiro, a avidez do lucro ou a ânsia de poder e de prazer.

Apesar destas dificuldades, a civilização ocidental, em geral, e a Europa, em particular, têm sido relativamente bem-sucedidas na elaboração de leis orientadas pelo respeito dos direitos da pessoa humana. E o modo de ser europeu não só é invejado e imitado pelas nações emergentes, como suscita um êxodo de multidões desesperadas, fugindo de países em guerra ou de estados em confusão, e procurando refúgio e condições de vida digna e segura.

Para além do acolhimento e inclusão dos povos que fogem da guerra e do caos, exigido por fidelidade e coerência com os seus princípios humanistas, a Europa e o Mundo ainda têm de resolver problemas resultantes de efeitos secundários indesejáveis da globalização e do progresso tecnológico, como o terrorismo, a deterioração do ambiente, o agravamento das desigualdades, o dumping social e fiscal, e o desinteresse pela política e pelos seus líderes.

Harmonizar objetivos e colaborar nos esforços

A Europa não se limita a órgãos centrais desligados dos povos, nem corresponde a um mero conjunto de nações isoladas, é uma comunidade de cidadãos empenhados na construção de um futuro em comum. E embora haja deliberações que não podem ser feitas abaixo de certos níveis de poder, os respetivos responsáveis não podem deixar de escutar as opções e de respeitar as preferências dos níveis inferiores. Regra a cumprir não só em qualquer nível da administração pública, mas também em muitos outros setores, nomeadamente educação, saúde, segurança social ou transportes.

Nos nossos tempos, os líderes têm de dar particular atenção aos anseios de segurança (interior e exterior) sem deixar de colaborar, nos países de origem, na superação das causas que provocam as migrações. A nível internacional, têm de controlar os fluxos de migração e de emprego, sem descuidar os equilíbrios financeiros, a preservação do ambiente e do modo de ser europeu.

Objetivos que exigem luta contra a inércia, a indiferença globalizada e o alheamento dos dramas humanos do mundo contemporâneo; e que requerem intervenção a nível supranacional e tratados que não se limitem a revindicar maior liberalização comercial, desejável, mas que não deve ser considerada como um fim em si mesmo mas sim como um meio ao serviço do bem comum.

Acordos que promovam um desenvolvimento mais justo e sustentável, não atropelem a melhoria de serviços públicos e de infraestruturas, não contrariem o aperfeiçoamento dos sistemas de educação e de saúde, e que não dispensem nem enfraqueçam o sistema público de justiça, facilitando o uso supletivo de juízes-árbitros.

Tratados que fomentem transferências de riqueza a favor dos povos mais desprovidos e uma harmonização fiscal convergindo para impostos mais equitativos e evitando a multiplicação dos muitos esquecidos da atual globalização, justamente indignados pela crescente concentração de riqueza numa minoria de privilegiados.

Concentração de riqueza que tem sido politicamente aceite sem ser corrigida por apropriada redistribuição, que trave a superacumulação nos que mais beneficiam e que favoreça os mais prejudicados. Redistribuição que impeça que estes fiquem sem compensação pelos sacrifícios que lhes foram sendo impostos, sob a máscara de inadiável, mal distribuída e irracional "austeridade", tanto mais que não houve responsabilização civil nem criminal dos responsáveis pelos erros que ampliaram as desigualdades. Pelo contrário, os culpados não só têm gozado de impunidade penal como de fácil acesso aos paraísos fiscais.

Um futuro de paz e prosperidade só será alcançado com esforço e trabalho (não com falsa austeridade). Sobretudo em períodos críticos, a paz social constrói-se, vive-se e consolida-se com o esforço de todos, neutralizando corrupção e egoísmos, respeitando sempre a dignidade de cada um, e evitando que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. Colaboração solidária e criativa, que compete e incumbe a cada um, em qualquer nível de decisão em que se encontre, não podendo nem devendo ser considerada como obrigação específica e exclusiva dos que têm maior capacidade económica ou só daqueles em quem se delegou poder e responsabilidade.

António Leite Garcia